



# Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA; EM 28 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 107.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1990  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Homero Oguido, José Felinto, Namir Piacentini, Pedro Tonelli e Rubens Bueno (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

#### MENSAGEM Nº 210/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa

instituir, no âmbito da Fundação Teatro Guaíra, a Gratificação de Regência de Classe, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, a ser paga aos ocupantes de cargos de Professor e Pianistas que desenvolvam o acompanhamento musical das aulas dos cursos mantidos por aquela Fundação.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa reflete a constante preocupação do Governo em manter a remuneração dos servidores em níveis os mais elevados, obviamente dentro das possibilidades do erário estadual e decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração que assim se manifestou sobre o assunto:

"...Essa medida beneficiaria 58 (cinquenta e oito) servidores a um custo mensal de Cr\$ 258.646,70. Entendemos, pelos argumentos expostos pela Fundação interessada, ser plenamente justificável e bastante justo que os professores e os pianistas acompanhantes do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, percebam essa gratificação de regência de classe".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos servidores integrantes do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, ocupantes dos cargos de Professor e de Pianista que desenvolve o acompanhamento musical das aulas dos cursos mantidos por essa Fundação, será paga a Gratificação de Regência de Classe, que corresponde a 20% (vinte por cento) do valor mensal que resultar do respectivo número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Fundação Teatro Guaíra.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 211/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa

instituir no âmbito da Fundação Teatro Guaíra, a Gratificação por Apresentação de Espetáculo, correspondente a 5% (cinco por cento) do salário, por apresentação de espetáculo, a ser paga aos servidores daquele Órgão que participem direta e efetivamente da apresentação de tais eventos.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa reflete a constante preocupação do Governo em manter a remuneração dos servidores em níveis os mais elevados, obviamente dentro das possibilidades do erário estadual e decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, a qual, esclarecendo que o custo mensal da proposta será de Cr\$ 1.652.304,98, assim se pronunciou:

"...Entendemos ser passível de atendimento essa reivindicação, mediante a criação de gratificação por apresentação de espetáculo, através de Lei. O valor da gratificação deverá equivar a 5% do salário de cada servidor, por apresentação de espetáculo que estiver envolvido, espetáculo esse que seja de produção da própria Fundação Teatro Guaíra. Esse percentual de 5% não poderá ser acumulativo, calculando-se 5% sobre o salário do servidor e multiplicando-se por tantos quanto forem as apresentações de espetáculo de produção própria que o servidor estiver envolvido durante o mês".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação por Apresentação de Espetáculo, a ser paga aos servidores do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra.

Art. 2º - Os Servidores da Fundação Teatro Guaíra que participarem direta e efetivamente da apresentação de espetáculos, em qualquer localidade, farão jus à gratificação correspondente a 5% (cinco por cento) de seus respectivos salários, a cada apresentação.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata esta lei não se incorpora ao salário nem será computada ou acumulada, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 3º - Para efeitos desta lei somente será considerada apresentação em espetáculo, quando evento de produção oficial da Fundação Teatro Guaíra.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Funda-

ção Teatro Guaíra.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 212/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras nº 4, da quadra 38, no Município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula nº 4.637, do Livro nº 2, Ficha nº 1, do Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra, pelo lote nº 04, da quadra 32, registrado no Cartório de Imóveis daquela Comarca, às fls. 117, do Livro 3-A, sob nº T-2.423, pertencente àquela municipalidade.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa, atende aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, sendo indiscutivelmente oportuno e necessário, pois o imóvel que em razão da tal permuta incorporar-se-á ao patrimônio do Município, será por ele utilizado na instalação de Posto de Saúde, cuja edificação encontra-se em andamento, proporcionando, assim, melhor atendimento de saúde aos habitantes daquela região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras nº 4, da quadra 38, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula nº 4.637, do Livro nº 2, Ficha nº 1, do Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra, pelo lote nº 04, da quadra nº 32, da mesma Cidade, registrado no Cartório de Imóveis antes referido, às fls. 117, do Livro nº 3-A, sob nº T-2.423, pertencente àquele Município.

Art. 2º - A permuta referida no art. 1º será precedida de avaliação dos imóveis e cumprimento das demais formalidades legais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 213/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Cruzeiro do Oeste, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele Município, adquirido por escritura lavrada em 31 de maio de 1967, pelo Tabelião Interino do Distrito de Cafeeiros, Livro n° E/7, fls. n° 14/15, e transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste sob n° 13.128, do Livro 3-I, às fls. 186.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a área cuja cessão se pretende efetivar, já vem sendo utilizada pelo Município para manutenção de Núcleo Social, cujas instalações destinam-se ao funcionamento do sistema de semi-internato, atendendo crianças na faixa etária de zero a quatorze anos, prestando relevantes serviços à educação àquela comunidade.

O anteprojeto em referência contém ainda dispositivo prevendo a utilização exclusivamente para as finalidades já mencionadas, além de dispor que a cessão terá validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, bem como proibição de que se transfira sua utilização a terceiros e se destine a outro fim, sob pena de tornar-se inválida a cessão automaticamente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Cruzeiro do Oeste, Termo de Cessão de Uso do Imóvel onde funciona o Núcleo Social naquele Município, localizado na Quadra de Terras n° 15, da Planta n° 2 (dois), do loteamento Sul Brasileira, com área de 9.800 m², transcrito sob n° 13.128, no Cartório de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Oeste, às fls. 186, do Livro n° 3-I.

Art. 2° - O imóvel de que trata esta lei terá a finalidade exclusiva de manutenção, pelo Município, do Núcleo Social de Cruzeiro do Oeste, não podendo ser transferida a sua utilização a terceiros nem destinado a outro fim, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 3° - A cessão de uso de que trata esta lei, vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que for celebra-

do o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 214/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar à União, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 1.318.7580 hectares.

A proposta ora submetida a essa Augusta Casa atende aos superiores interesses da Administração na medida em que permite ao Estado dar cumprimento às obrigações assumidas no convênio registrado sob CRT n° PR/8.009/88, de 03 de novembro de 1988, onde comprometeu-se a transferir o domínio devoluto da Fazenda Pink à União após o pagamento das benfeitorias e direitos possessórios à empresa Canadian Florestal S/C, para que fosse tal área utilizada para o Plano Regional de Reforma Agrária, no assentamento de trabalhadores rurais.

Assim, implementadas pela União todas as condições avençadas no sobredito convênio, cabe ao Estado adimplir com as obrigações assumidas, daí a medida proposta no sentido de obtenção de autorização legislativa indispensável à efetivação da transferência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 215/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar, na estrutura da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C", em igual número de cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico da mesma categoria "C".

O plano de lei submetido a essa Augusta Casa consulta aos superiores interesses do Estado, tendo em vista que a proposta

transformação de cargos de provimento em comissão visa, segundo expediente que me foi encaminhado pelo Secretário de Estado da Fazenda "a adequação de integrantes do Quadro da Coordenação da Receita que possuem alto nível técnico e que ora atuam como responsáveis pelos Grupos Especiais de Fiscalização, originados da necessidade de melhor atendimento às funções da Administração Pública, em face da nova sistemática de trabalho que vem sendo adotada e que tem surtido razoáveis resultados para o Estado".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam transformados na estrutura da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C", em 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico, categoria "C".

Art. 2º - O Poder Executivo baixará os atos necessários para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2670

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência e Comissão Geral de Plenário para apreciação e votação do Projeto de Lei Complementar n° 040/90, de sua autoria, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência à Mensagem Governamental n° 195, de 05.11.90, que dá nova redação ao artigo 6º da Lei n° 9422.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

##### REQUERIMENTO N° 2678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Ofício n° 310, de 05.11.90, do Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, que veta o artigo 6º da Lei n° 9.422.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

##### REQUERIMENTO N° 2682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência, ao Projeto de Resolução n° 102/90, haja vista que se trata de medida de grande interesse do Município de São José do Ivaí, criado pela Lei n° 9318, de 11/07/90 (D.O. n° 3.305).

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

##### REQUERIMENTO N° 2669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferencial de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 565/90, que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

##### REQUERIMENTO N° 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 562/90, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n° 7047, de 21.11.78, alterado pela Lei n° 9224, de 09/04/90 (O Efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 20083 policiais-militares).

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

##### REQUERIMENTO N° 2680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 542/90, que alte-

ra os dispositivos que especifica, da Lei n° 8933/89.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO N° 2683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 11/85, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados a produção do álcool e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### REQUERIMENTO N° 2686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 2 sessões do Projeto de Lei n° 548/90.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) WERNER WANDERER

Apoiamento: José Felinto e Paulino José Delazeri.

#### REQUERIMENTO N° 2687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 588/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Loanda, pelos seus 35 anos de emancipação

político-administrativa.

Duarte Celestino de Oliveira, Antônio Locchetti, João Tavares de Souza e Moysés de Souza e as suas respectivas famílias, são nomes que simbolizaram sempre a bravura e o pioneirismo. Através da Empresa Colonizadora Norte do Paraná Limitada, já se encontravam estabelecidos a partir de outubro de 1952.

As dificuldades naturais de uma região inóspita, foram vencidas com altivez e coragem, cuja determinação em pouco tempo resultaram em progresso. A extração da madeira para beneficiamento e o preparo do solo para o cultivo, se constituiriam - como é até hoje - na riqueza maior, base sólida do seu sempre vertiginoso desenvolvimento econômico, social e cultural.

Desmembrado de Paranaíba e elevada a categoria de município, a sua autonomia política e administrativa, representou efetivamente um impulso extraordinário, destacando Loanda como parte imprescindível no engrandecimento do Paraná, muito particularmente naquela região Noroeste.

Neste sentido, Senhores Presidente e Deputados, ao apresentarmos as nossas efusivas congratulações - a ser remetida aos Poderes Executivo, Legislativo e às Agremiações Partidárias - o fazemos sob a forma de um profundo reconhecimento à sua gente, ordeira e trabalhadora, que faz de Loanda o respeito permanente pela sua história e o orgulho por uma realidade que é a certeza do futuro promissor, construído com harmonia e dedicação.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2685

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente e adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela passagem dos 20 anos, nesta data, da fundação da COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., com sede no município de Campo Mourão.

Requer-se, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor José Aroldo Gallassini, DD. Presidente da COAMO. Rua Fioravante João Ferri, 99 - Campo Mourão - PR - CEP 87300.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Com área de atuação de 3 milhões de hectares (no Paraná e Santa Catarina), 42 mil associados, 51 entrepostos, capacidade de armazenamento para 22 milhões de sacas, 3700 funcionários, indústrias de óleo de

soja, fiação de algodão e álcool, além de um terminal portuário em Paranaguá, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. - COAMO, nesse pouco espaço de tempo, transformou totalmente o perfil agrícola da região. Classificada pela Revista "Exame" Melhores e Maiores, em 80, 84, 88 e 90 como a "melhor empresa do setor agropecuário nacional" e a maior cooperativa singular do Brasil, essa ocasião tem um sabor especial para Campo Mourão, que marcha para o progresso, na certeza de estar trilhando o caminho certo, acreditando na união e na solidariedade, honrando os valores mais nobres do cooperativismo, certificando-se de que esses 20 anos, foram muito bem vividos.

## REQUERIMENTO N° 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se à Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, no sentido de que envide esforços no sentido de implantar mais um curso de 2° Grau no Colégio Estadual Olavo Bilac, de Sarandi, o Curso de Técnico em Contabilidade, e crie o Curso de 2° Grau na Escola Estadual Jardim Panorama, de Sarandi, na modalidade de Magistério.

Sarandi, com uma população estimada em 70 mil habitantes, tem apenas uma escola estadual de 2° Grau, o Colégio Estadual Olavo Bilac. A outra parte da cidade, que fica abaixo da BR-769, com grande população estudantil, não possui Curso de 2° Grau. A clientela dessa região tem que se deslocar para a cidade de Maringá para fazer o 2° Grau de Ensino.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, bem como ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, solicitando se viabilize a instalação de dois módulos policiais no município de Sarandi, um no centro da cidade, e outro entre os Jardins Independência e Panorama.

Embora tenha uma população estimada em 70 mil habitantes, Sarandi não possui um módulo sequer da Polícia Militar. Ligada diretamente a Maringá, sofre as influências negativas das grandes cidades, no que concerne à segurança da população.

É evidente que a Prefeitura Municipal de Sarandi colaborará com mão de obra na construção desses módulos, desde que haja

recursos estaduais e o Estado mantenha esses módulos em atividade, através da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 2675

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Chefe do Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, do Departamento de Estradas de Rodagem, Senhor Antonio Celso Ferreira Júnior, solicitando ao mesmo a liberação de mais uma linha de ônibus entre Maringá e Sarandi, conforme solicitação da Câmara Municipal de Sarandi, a requerimento do Vereador Luiz Carlos Baradel.

O itinerário dessa linha consta descrito no requerimento do referido Vereador, anexado a este.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 2672

"Quando um acadêmico sai de sua Faculdade, onde estudou exaustivamente, dedicou anos de sua vida, sonha conseguir um grau a mais, um caminho aberto para novos estudos, para a realização pessoal, para o País e para a própria vida".

Introdução ao abaixo-assinado

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro de Estado da Educação, com o intuito de urgenciar para que seja baixada a portaria final de reconhecimento dos Cursos de Geografia, Letras e Pedagogia, ministrados pela Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM.

Torna-se desnecessário tecer maiores comentários sobre o reconhecimento dos cursos para uma instituição, quanto mais para uma Faculdade que congrega mais de 23 cidades diretamente polarizadas pelo município de Campo Mourão, região cuja pujança desenvolvimentista permanentemente deve estar aliada ao progresso tecnológico e científico, a formar profissionais que contribuam eficazmente aos verdadeiros avanços político, econômico, social e culturalmente.

Entretanto, cabe ressaltar, conforme o abaixo-assinado remetido em apenso, a preocupação por parte dos acadêmicos dos referidos cursos, cujos percalços vividos por aqueles que já saíram da Faculdade e convivem com inúmeros transtornos para

exercerem ou dar prosseguimento aos estudos (doutorado, especialização, etc) é uma demonstração viva de uma situação que muitas vezes desestimula esforços empreendidos ao longo de muitos anos.

Senhores, Presidente e Deputados, o apelo que aqui ensejamos em nome do corpo discente e docente, é no sentido de que o reconhecimento se dê o quanto antes (considerando o cumprimento de todas as formalidades junto ao Conselho Estadual de Educação, conforme informações do Ilustre Diretor da Faculdade, o Senhor Agenor Krul) a fim de que o processo educacional traduza com inequívoca legitimidade, as justas aspirações do Vale do Piquirivaí.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) RUBENS BUENO

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 181/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Nova Aurora, para que a população decida sobre a criação do município de Palmitópolis.

Ao Norte: Limita-se com o município de Jesuítas, confrontando com o Rio Jesuítas e parte por linha seca.

Ao Sul: Limita-se com o município de Cafelândia, confrontando pelo Rio Central, Córrego Ubirajara e também por linha seca.

Ao Leste: Confronta-se com o município de Nova Aurora, por estrada em espigão, que vai do Córrego Ubirajara, passando pelo Patrimônio de Alto Alegre, até o Rio Jesuítas.

Ao Oeste: Confronta-se com o município de Tupãssi, limitando-se pelo Rio Verde ou Boi Piguaí.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 602/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Artigo 1° - Fica proibida a distribuição, circulação, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (álcool metílico) - CH<sub>3</sub>-OH, no Estado do Paraná.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

#### I. CONSTITUCIONALIDADE

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais". (C.E., Art. 207).

"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;" (C.F., Art. 23, VI).

"Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;" (C.F., Art. 24).

Incumbe ao Poder Público:

"Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;" (C.F. Art. 225, § 1°, V).

"Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades". (C.F., Art. 24, § 3°).

#### II. MÉRITO

Consta da ficha toxicológica n° 05, da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho:

"De todos os álcoois primários, o álcool metílico é aquele cujo grupo hidroxila apresenta a mais forte mobilidade; daí vem a sua capacidade reacional mais elevada. Os oxidantes poderosos, tais como misturas nitro-crômica e sulfo-crômica transformam o álcool metílico em anidrido carbônico e água. A reação é fortemente exotérmica e apresenta riscos de inflamação e de explosão".

"O álcool metílico é um líquido inflamável (ponto de fulgor: 12°C em recipiente fechado), cujos vapores podem formar misturas explosivas com o ar (6,0 a 36,5°C em volume)".

"O álcool metílico possui efeitos cumulativos. É eliminado muito lentamente, o que explica, em parte, que ele seja mais



perigoso para homem que o álcool etílico".

"O álcool metílico pode provocar intoxicações por inalação, por ingestão ou por contato cutâneo. Seus efeitos são frequentemente cumulativos".

"Intoxicação por inalação é o caso mais freqüente na indústria. Os vapores de álcool metílico provocam a irritação das mucosas nasais e oculares, vertigens, cefaléia e perturbações digestivas. Estas perturbações desaparecem rapidamente, afastando-se o indivíduo acometido da atmosfera poluída.

Em caso de inalação maciça ou prolongada, perturbações oculares graves podem aparecer e evoluir para a cegueira".

"Intoxicação por ingestão é a forma mais grave, pouco freqüente, e quase sempre acidental. Após um período de latência mais ou menos longo, os sinais de embriaguês aparecem, seguidos de coma. Perturbações neurológicas (polineurites, neurites retrobulbares) foram igualmente observadas".

A Universidade do Estado de São Paulo corroborou esses dados, em relatório assinado pelo Professor Dr. Henrique V. Della Rosa e outros, indicando que: cerca de 30 ml de metanol puro (equivalente a duas colheres de sopa) podem ser fatais para adultos mais suscetíveis.

E - o mais importante - conclui: "Esta comissão entende que a questão do metanol não pode ser considerada isoladamente do uso dos demais combustíveis e das demais condições de trabalho da população trabalhadora do Brasil; a situação criada pela introdução do metanol é assumida como uma oportunidade para alertar as entidades responsáveis e a população em geral da precariedade e gravidade dessas condições, e para reclamar a definição de uma política de saúde pública mais decidida e eficaz.

Cabe, primeiramente, ressaltar que as proporções que o problema do metanol assumiu, reiteram manifestação do descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza. Decisões sendo tomadas sem consultas e discussões prévias com as populações envolvidas, submetendo-as, na maioria das vezes, exclusivamente a interesses políticos e econômicos de grupos específicos sem maior alcance social.

...

Finalmente esta comissão é de opinião que o uso do metanol como combustível, deve ser considerado como um assunto específico dentro de um Programa de Saúde do Trabalhador, devendo ser elaboradas orientações para a realização de controle médico e monitorização biológica dos trabalhadores que possam estar expostos a concentrações de metanol próximos ao limite de

exposição."

Assim, diante da polêmica levada a efeito, e tentando chamar para si a responsabilidade de regulamentar o uso de tal elemento químico, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), concedeu a pedido do Ministério de Minas e Energia, licença de operação para o uso da mistura ternária ETANOL-METANOL-GASOLINA.

Em tal licença (n° 002/90), firmam-se, como condições específicas, dentre outras:

"2.2) Realizar estudos e acompanhamento médico de uma amostra representativa dos profissionais diretamente envolvidos com manipulação e contato direto com combustíveis, de forma a evitar riscos inerentes à exposição crônica à mistura ternária, gasolina e óleo diesel. Esta investigação deverá, obrigatoriamente, abordar aspectos respiratórios, hematológicos e citogenéticos."

"2.4) O CNP deverá apresentar ao IBAMA, dentro de 30 dias, um programa detalhado, com cronograma, para implantação de normas e dispositivos para recirculação de gases e vapores de combustível nas operações de abastecimento de reservatórios subterrâneos e caminhões-tanque, bem como para instalação obrigatória de bocais de desligamento automático nas bombas de abastecimento de veículos. Tal programa deverá ser planejado e executado sob a coordenação do CNP e aprovado previamente pelo IBAMA."

"2.5) O Ministério das Minas e Energia apresentará ao IBAMA, para aprovação, em 30 dias, um Programa para Uso Emergencial de Combustíveis Alternativos Veiculares, bem como providenciará e destinará as verbas necessárias à sua implantação, especialmente àquelas relativas aos estudos, à fiscalização e às medidas preventivas de proteção à saúde pública e ao meio ambiente. Este Programa terá que incluir o estudo de adoção em larga escala do uso do gás natural em ônibus urbano e em táxis."

"2.6) O Ministério das Minas e Energia realizará uma campanha de esclarecimento, a ser iniciada 10 dias antes do início da comercialização da mistura, visando:

a) Alcançar os grupos profissionais submetidos aos riscos do manuseio do metanol (frentistas, mecânicos, petroleiros e outros) com metodologia adequada para garantir seu resultado efetivo de reduzir o risco, sob fiscalização das entidades sindicais, ambientais e de saúde pública.

b) Esclarecer à população em geral sobre o risco de sifonamento.

c) Esclarecer à classe médica quanto aos procedimentos terapêuticos em casos emergenciais.

d) Esclarecer à população em geral sobre os primeiros socorros em casos de



acidentes."

"2.7) O Ministério das Minas e Energia deverá providenciar a colocação nas bombas de abastecimento da mistura ternária, de inscrições preventivas, como "VENENO" acompanhada do símbolo da "CAVEIRA" e "USAR SOMENTE COMO COMBUSTÍVEL" e a adição de um corante, de forma a permitir a identificação precisa da mistura ternária por parte do consumidor."

"2.8) Que o Ministério do Trabalho faça cumprir a legislação existente no que se refere ao sistema de proteção dos trabalhadores que manuseiam combustíveis em geral, inclusive as normas de procedimentos, informação e preparo de pessoal, equipamentos de proteção individual, especialmente luvas, calçados e óculos (segundo Manual do IBP), a água corrente e as condições adequadas para higiene pessoal."

"2.14) Que o Ministério das Minas e Energia promova a contenção do consumo de álcool e de gasolina através da desestimulação do uso exagerado do automóvel, temporariamente até maio, quando se iniciar a nova safra de álcool no Sudoeste. Esta contenção não deve implicar nem em proibição do uso do automóvel, nem em racionamento de álcool, mas sim em medidas administrativas e campanha de conscientização do público. Entre outros benefícios, isto implicará na redução da poluição do ar, pois a emissão de gases de descarga dos veículos diminuirá com a menor quilometragem dos mesmos."

Isto posto, queremos propor um confronto com a realidade levantada através da liberação do metanol em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo.

A gravidade do assunto - sempre alertada por técnicos e cientistas de crédito - levaram a Prefeitura da capital paulista a vetar o uso do metanol, a seguir, liberando-o, mediante o atendimento às determinações do IBAMA, seguindo parecer do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas, DIEESE. A partir daí, constituiu-se um processo amplo de discussão, através de audiências públicas, que culminou na elaboração e encaminhamento à Prefeita de uma pauta de propostas, condicionando a liberação do uso do álcool metílico a condições quanto o risco ocupacional dos trabalhadores, ao enfrentamento da crise de falta de álcool e da poluição do ar. Com atendimento desses itens, proceder-se-ia uma introdução progressiva do uso do metanol em São Paulo.

O que se reconhece, hoje, entretanto, é que as medidas não têm sido atendidas e, portanto, os trabalhadores se encontram expostos a toda a sorte de riscos.

Além disso, as normas editadas pelo IBAMA em sua Licença de Operação também não foram atendidas. No que diz respeito à

liberação de verba de emergência e ao programa de verbas para fiscalização e estudos, tudo permanece no papel, sem que ao menos os convênios tenham sido assinados com a Prefeitura, os órgãos sindicais e ambientais.

O item 2.2 da Licença de Operação n° 002/90 aponta para a fiscalização por amostragem, ou seja, toma-se um determinado número e o analisa, auferindo os resultados para análise de todo o conjunto apresentado - o que é contestável.

Todas as informações quanto ao não cumprimento das normas do IBAMA e das condições fixadas nas audiências públicas, pelos representantes do município, das Entidades Sindicais de Trabalhadores, dos Proprietários dos Postos e de Entidades Ambientais foram prestadas pelo Doutor Fábio Eduardo Pilon Francese, assessor especial da Secretaria de Governo Municipal da Prefeita de São Paulo, designado para o assunto e que destaca a deficiência na fiscalização dos estabelecimentos, onde já há precedência de casos de intoxicação.

No Estado do Paraná, como tudo tem se encaminhado?

Não fosse por uma mobilização da Câmara Municipal dos Vereadores de Curitiba, provavelmente o metanol já tivesse aqui, também, sido introduzido sem a necessária discussão.

Não bastasse a polêmica natural ao assunto que divide ânimos, a própria Divisão de Medicina e Segurança no Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho anunciou não possuir infra-estrutura suficiente para fiscalizar o cumprimento da legislação no que se refere à proteção dos trabalhadores que manusearão o metanol no Estado (Jornal "Gazeta do Povo", 31.10.90). Diante de tal fato, o IBAMA já estaria "propenso" a vetar o seu uso (Jornal "Correio de Notícias").

Consultado a respeito da matéria, por este Parlamentar, o representante do IBAMA (Doutor Quintanilha - (061) 226-8911) reafirmou que "se declaração da DRT/PR fosse confirmada, o metanol poderia ser vetado". Entretanto, o IBAMA ainda iria esclarecer à DRT/PR que a fiscalização não é "tão rigorosa" e que esta infra-estrutura seria montada em cooperação com municípios e entidades interessadas.

Ora, isto significa transferir a responsabilidade para os municípios e as entidades, quando estes não têm poder de polícia para autuar e agir somente com denúncia.

Quanto ao aspecto da amostragem também - como já dissemos - paira suspeitabilidade, já que somente em Curitiba, temos aproximadamente 270 postos de abastecimento que seriam avaliados numa amostra reduzida, o que é simplesmente inadmissível

pelo risco evidente à sadia qualidade de vida dos trabalhadores e da população.

Há que se considerar a desatenção do Ministério das Minas e Energia para as campanhas de esclarecimento à população, bem como para desestimulação ao uso de veículos, o que o coloca em posição desconfortável para propor convênios em igual sentido.

Os debates acerca do metanol, empreendidos na cidade de Curitiba, levaram a Comissão especialmente constituída naquele órgão legislativo, para estudar a matéria, a indicar o veto ao uso do álcool metílico, primeiramente pelos riscos e, secundariamente, pelas declarações da DRT de inexistência de estrutura fiscal.

A Secretaria da Saúde e autoridades do Ministério da Saúde também já se pronunciaram sobre o assunto, sempre trilhando por um mesmo caminho: pelos elevados riscos, só pode haver liberação com fiscalização rigorosa e cumprimento a todos os itens de segurança.

A experiência nos centros fluminense e paulista nos indicam que os convênios, acordos e compromissos não foram cumpridos, que os profissionais não receberam os devidos esclarecimentos nem foram dotados com equipamento de prevenção próprio. Isto deve levar a Câmara de Curitiba a proibir o uso do metanol no perímetro de sua competência, o que não dispõe sobre sua introdução em outros setenta e dois municípios, conforme se prevê.

Não podemos, acreditando em promessas que a realidade provou serem oportunistas e que não foram atendidas, permitir a introdução, em nosso Estado, de um composto que oferece risco ao meio ambiente e à sadia qualidade de vida da população e dos trabalhadores envolvidos. Não podemos renunciar às prerrogativas e ao nosso dever ditados pela Carta Federal, nesse sentido, nem tampouco nos intimidar diante da Licença concedida pelo IBAMA que provou ser ingênua e cujos itens foram burlados pelo Governo, através do Ministério das Minas e Energia, ou que pecaram pelo trato demasiado simplista do assunto (vide fiscalização por amostragem, etc).

Ademais, tal Licença não substitui uma Lei Federal, que poderia regulamentar o assunto, impedindo a legislação estadual em sentido contrário. Não existindo tal lei, cumpre ao Estado - conforme destacamos na constitucionalidade desta proposta - legislar sobre a matéria.

É oportuno recordar que os encontros, simpósios e demais conclave, versando sobre o ambientalismo, têm negado parecer favorável à adoção do metanol.

A não aprovação deste projeto, implica em deixar as portas do nosso Estado abertas à sanha dos cartéis, independente do

que se reserva aos trabalhadores, que estarão expostos a riscos letais ou à população mal e desinformada, vítima daquilo que os professores da Universidade de São Paulo, em seu relatório sobre a matéria, chamaram de "descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza".

Estas as razões que, por consciência, inalienável direito e indiscutível obrigação, nos levaram a pedir aos Deputados do Paraná a proibição da distribuição, circulação, comercialização e a utilização do metanol em veículos no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um assunto que vem sendo muito debatido a nível nacional, é a utilização do metanol. E nós já temos debatido este assunto através dos meios de comunicação e temos sentido, na população, a preocupação com relação ao metanol, porque muitos exemplos já foram verificados pelo perigo que apresenta o seu uso.

E a Câmara Municipal de Curitiba analisou, com profundidade, esta situação. Criou até uma comissão para analisar, e esta optou por vetar a utilização do metanol em Curitiba.

Nós fizemos vários contatos com o IBAMA. Contatos inclusive com a Prefeitura de São Paulo, Rio de Janeiro. Procuramos ouvir opiniões de técnicos no assunto. Colhemos várias informações. Preparamos um "dossiê", transformando num projeto de lei, que estou dando entrada na Casa esta tarde, proibindo, no Paraná, a distribuição, circulação, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol, o CH3OH.

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais." Está escrito na Constituição do Estado, Artigo 207.

"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas." Está escrito na Constituição Federal, Artigo 23, Inciso VI.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico". Está na Constituição Federal, Artigo 24.

Incumbe ao Poder Público:

"Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente". Está na Constituição Federal, Artigo 225, Parágrafo 1º, Inciso V.

"Inexistindo a lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades". Está na Constituição Federal, Artigo 24, Parágrafo 3º.

Consta da ficha toxicológica nº 05 da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho o seguinte:

"De todos os álcoois primários, o álcool metílico é aquele cujo grupo hidroxila apresenta a mais forte mobilidade; daí vem a sua capacidade reacional mais elevada. Os oxidantes poderosos, tais como misturas nitrocromica e sulfocromica transformam o álcool metílico em anidrido carbônico e água. A reação é fortemente exotérmica e apresenta risco de inflamação e de explosão".

"O álcool metílico é um líquido inflamável (ponto de fulgor: 12°C em recipiente fechado), cujos vapores podem formar misturas explosivas com o ar (6,0 a 36,5°C em volume)".

"O álcool metílico possui efeitos cumulativos. É eliminado muito lentamente o que explica, em parte, que ele seja mais perigoso para o homem que o álcool etílico".

"O álcool metílico pode provocar intoxicações por inalação, por ingestão ou por contato cutâneo. Seus efeitos são frequentemente cumulativos."

"Intoxicação por inalação é o caso mais freqüente na indústria. Os vapores de álcool metílico provocam a irritação das mucosas nasais e oculares, vertigens, cefaléia e perturbações digestivas. Estas perturbações desaparecem rapidamente, afastando o indivíduo acometido da atmosfera poluída."

Enfim, nós temos aqui neste projeto, um estudo muito aprofundado, com dados importantíssimos que por si só garantem o perigo que representa o uso do metanol no Estado do Paraná, o perigo que representa

para o ser humano, o metanol.

Ainda ontem, a informação de que em São Paulo, um frentista acabou morrendo em consequência do manuseio errado no uso do metanol. Então é preciso que os Senhores Parlamentares analisem. Nós já temos aqui várias informações.

Temos o "dossiê" completo, que está à disposição dos Parlamentares, de opiniões, de dados fornecidos por técnicos que visem do perigo que representa o metanol.

Ainda ontem estiveram em Curitiba, técnicos de São Paulo, sanitaristas paulistas estiveram em Curitiba para fazer um alerta sobre os perigos do metanol.

Os técnicos de São Paulo, Minas Gerais e do Ministério do Trabalho, estiveram ontem em Curitiba, alertando a comunidade sobre os riscos da utilização do metanol como combustível em substituição ao álcool e os sanitaristas que coordenam programas especiais sobre as consequências do uso do produto para a saúde humana e meio ambiente, foram unânimes em apoiar a Secretaria da Saúde do Paraná e a Comissão de Vereadores de Curitiba, que já se posicionaram contrários à introdução do componente em 75 municípios paranaenses, incluindo Curitiba e a sua Região Metropolitana.

Os técnicos paulistas deixaram aqui as suas opiniões, alertando-nos, paranaenses e curitibanos, do perigo que representa o uso do metanol. Nós queremos ainda dizer que no Estado do Paraná como tudo tem se encaminhado: não fosse pela mobilização da imprensa, alertando a população, quem sabe até aqui já estivesse implantado permitindo o uso do metanol.

Não fosse por uma mobilização da Câmara Municipal de Curitiba, dos Vereadores, provavelmente o metanol já estivesse aqui também sendo introduzido sem a necessária discussão.

Não bastasse a polêmica natural ao assunto que divide ânimos, a própria Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, anunciou não possuir infra-estrutura suficiente para fiscalizar o cumprimento da legislação, no que se refere à proteção dos trabalhadores que manusearão o metanol no Estado do Paraná.

Consultado a respeito da matéria por este Parlamentar, o representante do IBAMA, Doutor Quintanilha, reafirmou que se a declaração da Delegacia Regional do Trabalho fosse confirmada, o metanol poderia ser vetado, entretanto o IBAMA ainda iria esclarecer à Delegacia Regional do Trabalho, que a fiscalização não é tão rigorosa e que esta infra-estrutura seria montada em cooperação com municípios e entidades interessadas.

Ora, Senhores Parlamentares, isso sig-

nifica transferir a responsabilidade para os municípios e as entidades, quando este não têm poder de polícia para atuar, e agirão somente na denúncia.

Quanto ao aspecto da amostragem, também como já dissemos, paira suspeitabilidade, já que somente em Curitiba, temos somente, ou melhor, temos aproximadamente 270 postos de abastecimento e se avaliados numa amostra reduzida, o que é simplesmente inadmissível pelo risco evidente à sadia qualidade de vida dos trabalhadores e da população.

Há que se considerar a desatenção do Ministério de Minas e Energia para as campanhas de esclarecimentos à população, bem como para desestimulação ao uso de veículos, o que o coloca em posição desconfortável, para propor convênios em igual sentido.

Os debates acerca do metanol, empreendidos na cidade de Curitiba, levaram a Comissão especialmente constituída naquele órgão legislativo, para estudar a matéria, a indicar o veto ao uso do álcool metílico, primeiramente pelos riscos e, secundariamente, pelas declarações da DRT de inexistência de estrutura fiscal.

A Secretaria da Saúde e autoridades do Ministério da Saúde também já se pronunciaram sobre o assunto, sempre trilhando por um mesmo caminho: pelos elevados riscos, só pode haver liberação com fiscalização rigorosa e cumprimento a todos os itens de segurança.

A experiência nos centros fluminense e paulista nos indicam que os convênios, acordos e compromissos não foram cumpridos, que os profissionais não receberam os devidos esclarecimentos nem foram dotados com equipamento de prevenção próprio. Isto deve levar a Câmara de Curitiba a proibir o uso do metanol no perímetro de sua competência, o que não dispõe sobre sua introdução em outros setenta e dois municípios, conforme se prevê.

Não podemos, Senhores Deputados, acreditando em promessas que a realidade provou serem oportunistas e que não foram atendidas, permitir a introdução, em nosso Estado, de um composto que oferece risco ao meio ambiente e à sadia qualidade de vida da população e dos trabalhadores envolvidos. Não podemos renunciar às prerrogativas e ao nosso dever ditados pela Carta Federal, nesse sentido, nem tampouco nos intimidar diante da Licença concedida pelo IBAMA que provou ser ingênua e cujos itens foram burlados pelo Governo, através do Ministério das Minas e Energia, ou que pecaram pelo trato demasiado simplista do assunto que é tão importante.

Ademais, tal Licença não substitui uma Lei Federal, que poderia regulamentar o assunto, impedindo a legislação estadual

em sentido contrário. Não existindo tal lei, cumpre ao Estado - conforme destacamos na constitucionalidade desta proposta - legislar sobre a matéria.

É oportuno recordar que os encontros, simpósios e demais conclaves, versando sobre o ambientalismo têm negado parecer favorável à adoção do metanol.

A não aprovação deste projeto, implica em deixar as portas do nosso Estado abertas à sanha dos cartéis, independente do que se reserva aos trabalhadores, que estarão expostos a riscos letais ou à população mal e desinformada, vítima daquilo que os professores da Universidade de São Paulo, em seu relatório sobre a matéria, chamaram de "descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza".

Por esta razão, Senhores Deputados, nós demos entrada, hoje, à Mesa, deste Projeto e esperamos a compreensão dos companheiros no sentido de que o Paraná dê uma demonstração de preocupação. Nós já temos conhecimento de que alguns Municípios do Paraná já se mostraram contrários à utilização do metanol.

Mas é preciso que esta lei seja aprovada para que os demais municípios, sem uma informação melhor, sem uma estrutura mais adequada, não sejam vítimas do uso deste combustível.

Por esta razão, o projeto nosso, hoje colocado à Mesa da Assembléia, esperando a compreensão e a aprovação dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores no Horário das Lideanças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 565/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 565/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 321/90), qua altera dispositi-

Curitiba, quarta, em 28.11.90

vos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

Em votação as emendas do Tribunal de Justiça, já aprovadas em 2.<sup>a</sup> discussão. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 168/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 118, de 10.10.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 530/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA JARDIM SÃO BENEDITO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 124, de 22.10.90).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 329/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, conforme específica. (Abertura do concurso reservando 50% (cinquenta por cento) das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., R.H., C.S., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 131/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 36/90, ex-Proposição n° 31/90), que ratificam os convênios celebrados em 12.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa PARANÁ RURAL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 132/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men-

sagem n° 34/90, ex-Proposição n° 29/90), que ratificam os convênios celebrados através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa PARANÁ RURAL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 133/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 33/90, ex-Proposição n° 29/90), que ratifica os convênios celebrados anteriormente a 15.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa PARANÁ RURAL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 134/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 30/90, ex-Proposição n° 27/90), que ratifica o convênio n° 02/89 - COMEC, já celebrado por motivo de urgência em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC e o município de Araucária, objetivando a aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Av. Archelau de Almeida Torres. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 135/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 25/90, ex-Proposição n° 22/90), que ratifica o protocolo de intenções de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, celebrado por motivo de urgência, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal de repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná S/A, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da empresa subscrita pela União. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 136/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 22/90, ex-Proposição n° 19/90), que ratifica o convênio já firmado em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação

Casa do Estudante Universitário do Paraná, objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do Município de Guaraqueçaba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 137/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 20/90, ex-Proposição n° 17/90), que ratifica o 1° Termo Aditivo firmado em 20.11.89, referente ao convênio celebrado em 20.07.89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando o agenciamento financeiro do Fundo de Desenvolvimento Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 463/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 150/90), que abre, no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado/DIOE, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 463/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 150/90, tem por finalidade abrir ao Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, DIOE, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros), conforme especifica.

Ao proceder à sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o projeto em tela atende ao disposto no artigo 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

(a) CAÍTO QUINTANA  
Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 464/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 149/90), que abre, no Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha / FCMR, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo

por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 464/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 149/90, tem por finalidade, fica aberto ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme especifica.

Ao proceder à sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o Projeto em tela, atende ao disposto no Artigo 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 546/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 188/90), que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 546/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 188/90, objetiva colher a aprovação desta Casa de Leis, de um crédito suplementar, no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado.

Procedida à análise legal e constitucional da proposta em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 186/90), que aprova um crédi-



to suplementar, alterando o orçamento de 1990 da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, com apoio dos Senhores Deputados José Felinto e Paulino José Delazeri, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 sessões, do Projeto de Lei n° 548/90. - **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 02 sessões, o Projeto de Lei n° 548/90.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 548/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo através da Mensagem n° 186/90, objetiva colher desta Casa de Leis a devida aprovação de um crédito suplementar, alterando o orçamento de 1990 da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Procedida à análise legal e constitucional da proposta em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 570/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 199/90), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA, com sede e foro na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 570/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 199/90, tem por objetivo instituir a Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA, com sede e foro na cidade de Paranaíba.

A presente medida vem de encontro à necessidade da região, colaborando para a difusão da cultura no nosso Estado.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo o nosso parecer é FAVORÁ-

VEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 582/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 83/90 k), que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 582/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade alterar o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 156/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que fixa remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 156/90

PARECER:

De autoria da Comissão Executiva, o presente projeto de resolução tem por finalidade fixar a remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado para o exercício de 1991.

Analisando a presente matéria, esta Comissão Geral entende que a mesma se encontra em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 157/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA,



que dispõe sobre a remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

# COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 157/90

### P A R E C E R:

De autoria da Comissão Executiva, o presente projeto de resolução tem por finalidade dispor sobre a remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, conforme especifica.

Analisando a presente matéria, esta Comissão Geral entende que a mesma se encontra em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 469/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 163/90), que acrescenta à programação das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Segurança Pública, a importância de Cr\$ .... 76.629.508,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil e quinhentos e oito cruzeiros), para dar atendimento ao convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando a preservação e conservação da Floresta Atlântica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103, de 03.09.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 495/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 145/90), que autoriza o Poder Executivo a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a denominar-se COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - CODAPAR e terá por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 117, de 09.10.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 513/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 178/90), que aprova créditos suplementares ao Orçamento do Estado no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, e seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), conforme especifica. (Publ. no D.A. n° 119, de 11.10.90, Mensagem). Aprovado.

(Casualmente são todas Mensagens do Sr. Governador do Estado).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 533/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 183/90), que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado inclusive transferência de recursos a entidade vinculada da Administração Indireta. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 125, de 23.10.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 558/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 191/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ ..... 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a Secretaria dos Transportes, visando o pagamento de parte da dívida contraída pelo DER junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Urbano e Social - BNDES, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 559/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 190/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ ..... 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para a Chefia do Poder Executivo, viabilizando a liberação de parcela de empréstimo do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal para a construção do Ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 560/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 196/90), que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 569/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 198/90), que dispõe sobre o enquadramento da categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 137, de 13.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 576/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 203/90), que reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e autoriza a abertura de Créditos Suplementares para atender despesas do Pessoal e Encargos Sociais. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 20.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 577/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 202/90), que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, para a Fundação Teatro Guaíra no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros) conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 20.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 53/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de MAUÁ DA SERRA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 54/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de PIRAPÓ. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 113/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de TAMARANA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 126, de 24.10.90).

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 139/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 28/90, ex-Proposição n° 25/90), que ratifica o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 140/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 27/90, ex-Proposição n° 24/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 141/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 23/90, ex-Proposição n° 20/90), que ratifica o Termo de Cooperação firmado

em 17.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição síndica no Documento Único de Trânsito. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 142/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 21/90, ex-Proposição n° 18/90), que ratifica o convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 143/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 14/90, ex-Proposição n° 11/90), que ratifica o convênio n° 03/90/COMEC, celebrado em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e do Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da rua Dalprá e Rua Ângelo Falavinha Dalprá, na sede do referido município. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 144/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 16/90, ex-Proposição n° 13/90), que ratifica o Termo de Ajuste celebrado em 18.01.90, entre a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR, através da colocação de guardas Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 116/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, (ex-Proposição n° 51/89), que ratifica a decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida no acórdão n° 1476, de 27.06.89, referente à Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. - Aprovado.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - A Comissão de Tomada de Contas, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Art. 5º, § 2º, da Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1975, resolve:

Ratificar a decisão do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no Acórdão nº 1476/89, de 27 de junho de 1989, referente à Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CIASPAR.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

## PROPOSIÇÃO Nº 51/89

## P A R E C E R:

Do conteúdo extraído, após ampla análise feita dos autos de prestação de contas contida na proposição de nº 51/89, e mais, de conformidade com o relatório proferido pela Comissão Especial designada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Portaria nº 444/87, concluiu aquela comissão que as contas apresentadas pela Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CIASPAR, relativas ao exercício financeiro de 1986, estão irregulares, razão pela qual não podem ser aprovadas.

Também a douta Procuradoria do Estado, na pessoa do ilustre Procurador, Dr. Amaury de Oliveira e Silva, em seu parecer de nº 15.187/88, opinou pela desaprovação da referida conta, relativa ao exercício ora em exame.

O preclaro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Rafael Iatauro, em seu relatório, proferiu seu voto pela não aprovação da mesma, pelas irregularidades nela contida.

O egrégio Tribunal de Contas do Estado, após vistos, relatados e discutidos os autos de Prestação de Contas, protocolado sob o nº 8603/87-T.C., da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CIASPAR, referente ao exercício de 1986, de responsabilidade de seu Presidente, Sr. Omar Karan, lavrou o Acórdão de nº 1476/89, de 27 de junho de 1989.

O supra citado Acórdão, opinou por unanimidade pela desaprovação das referidas contas, cientificando, desta decisão, a Procuradoria Geral do Estado para as medidas cabíveis, e encaminhou cópia do processo a esta Augusta Casa de Leis.

Outrossim, esta Comissão de Tomada de Contas, com fulcro no estudo elaborado,

emite seu Parecer referendando o Acórdão proferido por aquela Colenda Corte de Contas, e decide pela elaboração de projeto de resolução, de acordo com as prerrogativas contidas no art. 5º, § 2º, da Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1975.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 117/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição nº 35/90), que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. - Aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Artigo Único. São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1988.

Sala das Comissões, em 17.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

## PROPOSIÇÃO Nº 35/90

## P A R E C E R:

Através do Ofício nº 04/89-DAT, a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1988.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de Cr\$ 4.660.985.386,74 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis cruzeiros e setenta e quatro centavos), ocasionando um aumento proporcional de 244,65% superior ao inicialmente programado que era de Cr\$ 1.397.229.000,00 (hum bilhão, trezentos e noventa e sete milhões e duzentos e vinte e nove mil cruzeiros).

Do total dispendido, 74,96% foram para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, 24,94% foram para atender despesas com manutenção e 0,10% (zero vírgula dez por cento) em Investimentos.

No Balanço Financeiro constata-se que o saldo em Tesouraria que passa para o exercício de 1989 é de Cr\$ .....  
... 2.398.813.158,27 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e treze mil, cento e cinquenta e oito cruzeiros e vinte e sete centavos), dos quais Cr\$ 2.298.810.552,16 (dois bi-

lhões, duzentos e noventa e oito milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e dois cruzeiros e dezesseis centavos), são advindos do resultado da "Receita Patrimonial" extra-orçamentária.

Analisando o processo, fica evidente que a execução foi efetivada dentro dos parâmetros da Lei n° 4320/64 e demais dispositivos legais atinentes, portanto, entendemos que na presente proposição, as contas apresentadas estão em condições de serem aprovadas na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Relator

DAVID CHERIEGATE - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 118/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 58/90), que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa, referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. - Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 118/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo Único - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1989.

Sala das Comissões, em 18.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO N° 58/90

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas junto a este Poder Legislativo, da verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1989, repassada à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE.

De acordo com o ofício n° 06/90, da entidade acima mencionada, o total da verba repassada por este Poder Legislativo no exercício de 1989, foi num montante de NCz\$ 217.627,00 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e sete cruzados novos), pode esclarecer a sua insuficiência para a cobertura do total efetivamente aplicado, no valor de NCz\$ 601.393.06 (seiscentos e um mil, trezentos e noventa e três cruzados novos e seis centavos, configurando-se uma diferença aditiva de NCz\$ 383.766,06 (trezentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e seis cruzados novos e

seis centavos), conforme consta nas alegações apresentadas pela CABENFALE, no atendimento ao seu corpo associativo.

Nos termos do demonstrativo que acompanha a prestação de contas, podemos constatar que a verba repassada por este Poder Legislativo, foi devidamente aplicada em prol do atendimento médico-hospitalar que a CABENFALE vem prestando a seus associados.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação da prestação de contas aqui formulada, com a devida baixa de responsabilidade junto aos órgãos competentes desta Casa, através de projeto de resolução que anexo apresentamos. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 145/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 17/90, ex-Proposição n° 14/90), que ratifica o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do Rio Paraná e do Rio Ivaí, com integração do terminal ferroviário de Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 146/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 26/90, ex-Proposição n° 23/90), que ratifica o Convênio celebrado em 15.12.89, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos sub-projetos W09-2046 - Gerenciamento Costeiro e 0100 - Zoneamento Costeiro, no litoral paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 148/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 38/90, ex-Proposição n° 33/90), que ratifica os convênios celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e dos Municípios que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 33/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Men-

sagem Governamental n° 38/90, visa a ratificação aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios que especifica, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54, XXI da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 149/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 48/90, ex-Proposição n° 38/90), que ratifica o Termo de Acordo celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio profissionalizante. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 38/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 48/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis ao termo de acordo celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio profissionalizante.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 150/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 49/90, ex-Proposição n° 39/90),

Curitiba, quarta, em 28.11.90  
que ratifica o termo de acordo celebrado em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 3968/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 49/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis ao Termo de Acordo celebrado, por motivo de urgência, em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu art. 54, inciso XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 151/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 52/90, ex-Proposição n° 40/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estrada nos municípios que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 40/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 52/90, a proposição em tela visa ratificar os convênios celebrados nas datas que especifica, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas na forma do programa PARANÁ RURAL.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente  
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 152/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 51/90, ex-Proposição n° 41/90), que ratifica os convênios já celebrados por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Astorga em 20.02.90, Foz do Iguaçu, em 22.02.90, Missal, em 22.02.90, e Toledo, em 22.02.90, objetivando manutenção e reparo dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Militar nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 41/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem n° 51/90, visa a ratificação dos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Astorga, Foz do Iguaçu, Missal e Toledo, objetivando a manutenção e reparos dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Militar nos respectivos municípios.

A proposição em tela, atende ao disposto no art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente  
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 154/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 35/90, ex-Proposição n° 30/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 30/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 35/90, objetiva referendar os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do programa PARANÁ RURAL.

A proposição em tela solicita o referendo desta Casa aos convênios supracitados, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, estes convênios foram celebrados em 29 de dezembro de 1989.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com o projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente  
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 155/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 37/90, ex-Proposição n° 32/90), que referenda os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente da SUREHMA e da SANEPAR e os Municípios que especifica, objetivando a implantação de sistema de abastecimento de água no meio rural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 32/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 37/90, a proposição em tela visa referendar os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da SUREHMA e da SANEPAR, com os municípios que especificam, objetivando a implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

Tal proposição solicita o referendo desta Casa aos convênios supracitados, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente  
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 84/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 108/90), que ratifica o convênio e Primeiro Termo Aditivo celebrado em 15.03.90 e



04.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, o município de Cascavel e Associação Comercial e Industrial de Cascavel, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 84/90

P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 108/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao convênio e ao Primeiro termo Aditivo celebrados em 15 de março de 1990 e 04 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, o Município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial daquela municipalidade, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina favoravelmente pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 87/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 111/90), que ratifica o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 05.03.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena Empresa do Paraná, visando a execução do Programa de Apoio Empresarial para 1990, e ainda Termo Aditivo de 26.03.90, ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos humanos.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 87/90

P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 111/90, objetiva colher a

devida autorização deste Poder Legislativo, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 05 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do Programa de Apoio Empresarial para 1990, e ao sexto Termo Aditivo datado de 26 de março de 1990, de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos humanos.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina favoravelmente pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 92/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 113/90), que referenda o convênio celebrado em 30.01.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com a Universidade Federal do Paraná e a Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização do Curso de Especialização em Ciências Penais, a nível de Pós-Graduação.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 92/90

P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 113/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao convênio celebrado em 30 de janeiro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança pública, a Universidade Federal do Paraná e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, com a finalidade de realizar o Curso de Especialização em Ciências Penais a nível de Pós-Graduação.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Artigo 54,



XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina favoravelmente pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 91/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 112/90), que ratifica o convênio celebrado em 12.04.90, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sul-Americano de Fonoaudiologia.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROPOSIÇÃO N° 91/90

#### P A R E C E R:

A presente proposição, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 112/90, objetiva colher a devida autorização deste Poder Legislativo, ao convênio celebrado em 12 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sul-Americano de Fonoaudiologia.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional da presente proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, com fulcro no Art. 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, esta Comissão Geral opina favoravelmente pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que em anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 588/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI e outros, que altera a redação das Leis n°s 6639/74 e 7771/83, conforme específica. (Publ. no D.A. n° 143, de 27.11.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) ses-

sões, do Projeto de Lei n° 588/90. - Prejudicado.

- Aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2684, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2683, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2682, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2670, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2680, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2679, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2677 e 2678, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente. - Aprovados.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, há na mesa um requerimento de nossa autoria, pedindo suspensão ou adiamento por três sessões, do Projeto de Lei n° 588/90.

O requerimento foi apresentado à Mesa e não foi sequer lido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ocorre que quando Vossa Excelência deu entrada ao requerimento, há poucos instantes, pelo seu assessor especial, já era tarde.

O SR. NEIVO BERARDIN - Não, não era tarde, porque o projeto ainda não havia sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está equivocado. O seu assessor está informando mal. Já tinha sido votado.

O SR. NEIVO BERARDIN - Faz de conta, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, não é faz de conta que foi aprovado. E a lei não protege quem dorme, muito menos os assessores.

O SR. NEIVO BERARDIN - Não, não. O reque-

rimento foi apresentado à Mesa antes de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Neste instante, agora, faz segundos. Já tinha sido aprovada a matéria.

O SR. NEIVO BERALDIN - Além do mais, há grande dificuldade de conseguir entender os projetos que foram votados hoje; uma dificuldade incrível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que eu falo em árabe.

Requerimento de n° 2685, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2671 e 2672, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa designa para relatar a proposta do novo Regimento Interno, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para comunicar à Casa e aos membros que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades na área da Saúde, de que amanhã haverá reunião, às 10:00 horas, na Sala das Comissões.

É mais uma reunião da Comissão Parlamentar e o convocado para amanhã, já em segunda convocação, sem comparecimento, é o ex-Secretário Manuel de Almeida Neto, que hoje pela manhã deveria prestar depoimento na Polícia Federal.

Então, convocamos os elementos da Comissão e mesmo aqueles que não forem integrantes que queiram comparecer, é importante para que a Comissão possa ter o seu encerramento o mais depressa possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 494 e 565/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 463, 464, 546, 570 e 582/90; e dos Projetos de Resolução n°s 139 a 144 e 156 e 157/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 469, 495, 513, 533, 554, 558, 559, 560, 569, 576, 577 e 588/90; e dos Projetos de Resolução n°s 53, 54, 113, 116 a 118, 145, 146 e 148 a 155/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 369/89, 041, 500, 519, 522, 541, 568, 572, 574/90; e dos Projetos de Resolução n°s 121, 158 a 162 e 168/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 085, 120 a 122 e 124/90.

Levanta-se a sessão.